REVISTA ZÊNITE INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC a. 24 n. 278 abr. 2017

PONTO DE VISTA

339 Por que o Congresso Nacional precisa refletir bem sobre a nova Lei de Licitações – Projeto de lei nº 559/13? Renato Geraldo Mendes

DOUTRINA

- 342 Parecer AGU A adesão por órgãos federais à ata de SRP firmada por empresa pública Rafaela de Oliveira Carvalhaes
- 352 O simples complicando as licitações Reflexões sobre a cessão de mão de obra, o Simples Nacional e o cotidiano dos certames licitatórios Leonardo Furtado Loubet
- 357 Exigência de amostras e análise sensorial nas licitações de gêneros alimentícios realizadas pelas entidades do Sistema S Isabel Maragido Correa

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 364 Os atos que envolvem a adesão à ata de registro de preços devem ser analisados pela assessoria jurídica do órgão aderente?
- 369 Gerenciamento de frota de veículos Considerações sobre a possibilidade de contratação e os critérios de julgamento das propostas
- 376 Declaração de inidoneidade Extensão e duração da sanção e aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica
- 383 Considerações sobre aditamentos ao contrato com índices de BDI acima dos parâmetros estabelecidos pelo TCU
- 390 Pagamento em descumprimento da ordem cronológica – Cautelas que devem ser observadas e considerações sobre o prazo de pagamento para despesas de baixo valor
- 399 É possível considerar a reincidência como circunstância agravante na aplicação de penalidades por inexecução contratual?

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 408 1. No planejamento da licitação para a contratação de determinado material, a pesquisa de preços da cota reservada deve ser realizada apenas entre MEs e EPPs? Como a Administração deve proceder?
- 409 2. Considerando que há previsão de prorrogação contratual, é possível formalizar contrato de serviços contínuos com fundamento no art. 24, inc. XI (remanescente), da Lei nº 8.666/93 com prazo de vigência superior ao prazo remanescente do contrato rescindido?
- 411 3. É possível contratar uma universidade com amparo na Lei nº 13.303/16 para elaborar parecer técnico (laudo) relacionado a um serviço de engenharia?
- 414 4. Aplica-se aos contratos por escopo a preclusão lógica em relação a pedidos de revisão ou reajuste?
- 416 5. Em uma obra, foram aplicadas multas pelo não cumprimento do cronograma em determinadas etapas. Todavia, se o contratado, ao final, cumprir o prazo final da entrega da obra, há possibilidade de devolução dos valores cobrados pelas multas de mora?
- 418 6. Em determinado pregão eletrônico, cujo objeto foi dividido em itens, é possível que a documentação de habilitação da empresa enviada para o primeiro item de serviços seja utilizada para habilitá-la também nos demais?
- 420 7. É possível a prorrogação de contrato de locação de veículos? Qual o fundamento legal adequado à luz da Lei nº 8.666/93?
- 423 8. Em pregão, é possível a participação de empresas com sócios em comum pertencentes a um mesmo grupo econômico?
- 425 9. As entidades do Sistema S devem observar o princípio da segregação de funções em seus processos de contratação?
- **427 JURISPRUDÊNCIA**
- 434 TRIBUNAIS DE CONTAS
- 441 LEGISLAÇÃO
- 441 BLOG ZÊNITE